



A realidade sem retoques da educação no Brasil



Retrato da Escola 2



Drogas e violência nas escolas

Apresentação

Como entidade representativa de 2,5 milhões de trabalhadores da educação básica, com 29 sindicatos filiados em todo Brasil, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) reivindica legitimidade para interferir na formulação da política educacional brasileira. A nossa entidade cumpre essa tarefa na luta cotidiana por melhores condições de vida e de trabalho para os educadores(as), com base na reflexão acumulada acerca da implementação dessas políticas, apresentando críticas e propostas. Desde 1996, estamos agregando um novo componente à nossa ação sindical, usando a pesquisa científica como instrumento técnico a ser potencializado em favor da intervenção político-educacional.

Nesta investigação daremos um tratamento próprio aos dados do INEP/MEC, porque a utilização feita pelo governo dos dados de pesquisa nos atingem de forma muito negativa. Há, por exemplo, uma preocupação exacerbada com a classificação dos estados e das regiões, forjando uma disputa que não deve existir. Por outro lado, os resultados sempre buscam "culpados" para justificar índices vexatórios, que geralmente são os educadores(as), os alunos(as) e os seus "vícios". Portanto, conferimos credibilidade às pesquisas do MEC como instrumento metodológico que nos fornece um banco de dados confiável tecnicamente; porém, fazemos ressalvas às conclusões, em decorrência das intencionalidades postas e dos limites comprovados da política educacional vigente.

Em nossa compreensão, a avaliação deve estar voltada para o respeito a dois princípios básicos do ensino, consagrados inclusive na legislação brasileira: a valorização dos profissionais da educação e a garantia do padrão de qualidade. Neste sentido, os seus resultados devem ser utilizados para redimensionar políticas que visem a atender esses princípios, procurando analisar todas as variáveis que venham a incidir sobre eles. A avaliação, pois, não há de ser considerada um instrumento meramente metodológico, nem tampouco há de ter um fim em si própria. Sua finalidade, repetimos, é diagnosticar realidades, analisar resultados, reformular políticas. Nunca punir ou premiar.

Atenta a tal entendimento, a CNTE direcionou a análise dos dados coletados, que tratam de diversas variáveis, sob o fio condutor do direito à aprendizagem. De que forma e em que medida questões como infra-estrutura, acesso ao livro didático, qualificação de professores, carência de pessoal de apoio pedagógico, violência e gestão escolar interferem na qualidade da aprendizagem dos alunos.

A CNTE tem plena convicção de que a luta não se encerra aqui. Mas tem a certeza de que a nossa argumentação se alimenta com novos elementos, colhidos no chão da escola, confirmados pelo olhar científico da pesquisa. Denunciar a perversidade produzida por essa realidade, muitas vezes ignorada pela política educacional vigente, é um dos passos da pesquisa. Propor alternativas de superação para a exclusão social, as desigualdades regionais e a desvalorização profissional que se reproduzem nos dados da educação, é outro salto qualitativo. Exigir dos órgãos oficiais competentes o cumprimento da legislação e o respeito ao direito à educação de qualidade, é uma questão de cidadania. E dela não nos iremos furtar!



Metodologia

O estudo que ora entregamos é uma continuação de dois outros, o livro "Educação: Carinho e Trabalho" e a pesquisa Retrato da Escola I. O primeiro realizado pelo LPT-UnB a pedido da CNTE e o segundo realizado pela CNTE. Trata-se, outra vez, de embasar a discussão sobre a educação no Brasil e a luta por melhorá-la em bases empíricas e científicas.

Empíricas porque a educação é uma área de nossas vidas onde cabem e devem caber quaisquer discussões políticas e ideológicas, mas política e ideologia que se faça sem o conhecimento dos dados se transforma em dogmatismo e qualquer dogmatismo é inimigo de qualquer avanço, particularmente na educação. Científica porque os avanços em ciências humanas têm permitido uma compreensão cada vez mais clara dos problemas em educação e os cidadãos em geral e os educadores em particular têm o direito de ver esta tecnologia a seu serviço, também porque o mundo em geral tem se tornado mais e mais complexo, o que torna difícil para o olhar desarmado apreender a realidade e saber o que fazer amanhã de manhã.

Nossa pesquisa tem a questão da qualidade de ensino como eixo central de análise de todos os módulos. Tratou-se de fazer com que a análise da escola gire em torno do seu produto. Aqui é possível já anunciar um resultado complicador para o cientista e alvissareiro para os seus leitores: Tudo é importante para a qualidade de ensino, tudo tem o seu papel. Complicado para o cientista que se vê perante a tarefa de desmontar um quebra-cabeças gigantesco para tentar compreender cada peça e o que cada uma delas está fazendo ali; alvissareiro para todos os outros porque há e sempre haverá muito o que se fazer para melhorar a educação, em qualquer patamar que ela esteja.

Como foi feita a pesquisa Retrato da Escola

A pesquisa Retrato da Escola 2 cruza cinco fontes de dados:

1. Os levantamentos populacionais do IBGE, particularmente o censo demográfico e a Pesquisa nacional de amostras de domicílio (PNAD)
2. Os dados fornecidos pelo Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB), do INEP
3. O censo escolar levado a cabo pelo Ministério de educação, em 1995, 1997 e 1999.
4. Os dados compilados pela Unicef, de diversas fontes (vide site Unicef)
5. Uma coleta de nacional realizada pela CNTE através dos sindicatos filiados, no que se refere aos dados sobre violência, relação objetiva e subjetiva no trabalho, sofrimento psíquico do trabalhador em educação, funcionários e professores, entre outros aspectos.

O relatório que entregamos agora refere-se aos dados da coleta nacional descrita no item 5. Os dados referem-se à 4ª série e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio das escolas das redes públicas (municipal e estadual) e particulares, das zonas rurais e urbanas, das capitais e do interior de todos os estados, exceto do DF que, no momento da aplicação do questionário sobre drogas, não pôde oferecer número de resposta significativo para ser quantificado. Todas as escolas foram escolhidas por sorteio entre as mais se aproximavam do perfil demográfico da região. Ao todo, foram 2.351 unidades, com cerca 200 mil alunos, 19.339 professores.

Nossas conclusões se baseiam no cruzamento das variáveis relacionadas às



drogas com as que dizem respeito às redes e séries. Através do uso de ferramentas estatísticas procurou-se saber como as variáveis (em toda a pesquisa Retrato da Escola são mais de 300) se relacionavam umas com as outras. O primeiro passo consistiu na escolha das variáveis, o que foi feito empiricamente. Não se tratou de uma escolha dos pesquisadores; todas as variáveis foram analisadas e foram consideradas se mostrassem relevância para explicar o fenômeno em estudo, medida aqui pela incidência de episódios de violência e consumo e tráfico de drogas. Apenas depois foi feita uma escolha com base no papel estratégico entre as variáveis que surgiram como importantes.

A especificidade desse relatório

A investigação da violência nas escolas foi introduzida no "Retrato da Escola II", pela CNTE, como uma exigência do cotidiano escolar, uma reivindicação da comunidade educativa e uma necessidade de se aferir cientificamente os dados que pudessem explicar as situações de conflitos, de crise e até de desespero que rondam nossas escolas, seus trabalhadores/as e estudantes, agredindo a dignidade da vida. A cada dia as manchetes dos principais noticiários abordam o assunto. Aumentam as vítimas, redobra a insegurança, persiste a interrogação: o que fazer, como tratar?

Considerando que a nossa pesquisa tem como eixo norteador o direito a aprendizagem que deve ser assegurado pela escola, foi por esse foco que analisamos a interferência da violência em suas várias manifestações e sua relação com o consumo de drogas. Esse corte foi dado com o intuito de analisar, além da própria relação entre um fator e outro, o papel da escola como agente de transformação e as ações preventivas e educativas que podem ser potencializadas a partir da ação da própria escola, em consórcio com outros agentes, e a partir de propostas produzidas para as esferas do poder público e a formulação de políticas públicas.

Além de investigarmos o consumo e o tráfico de drogas dentro e nas imediações da escola, investigou-se a presença do fator droga em situações que envolvem agressão, roubo, furto, pichação, sujeira, depredação. Na segunda parte as expressões da violência são analisadas por rede escolar (municipal, estadual, particular, incluindo-se o porte de arma maior). Compõe ainda o material a tabela de índices de consumo e tráfico de drogas nas dependências internas e externas das escolas, por estado e por nível de ocorrência.

Podemos dizer que este é o início de um trabalho ao mesmo tempo apaixonante e estarrecedor que coloca a CNTE e seus sindicatos filiados frente a mais um desafio: traduzir em mobilização a denúncia dos dados e exigir políticas públicas urgentes para superá-los.

É mais uma vez o grito da escola ultrapassando seus próprios muros e fazendo eco de uma situação social insustentável e excludente, porque lhe faltam fundamentos humanos e porque nega o direito à dignidade de vida.

Que o tamanho do desafio seja o tamanho da nossa tenacidade em construir um outro projeto para a educação e para o Brasil. É possível e é urgente!

São Paulo, 09 de maio de 2002
Diretoria Executiva da CNTE



Análise dos números da pesquisa

O consumo e o tráfico de drogas nas escolas é um forte indutor da violência, em todas as suas formas. A escola "limpa" derruba os índices de violência. Os adolescentes, por serem o principal alvo dos traficantes, atraem para a escola o mundo das drogas.

Dados globais:

Hoje, a incidência de consumo e de tráfico, ocasionais ou constantes, atingem 32% e 21,7% das escolas do país, respectivamente.

<i>Frequência</i>	<i>Consumo</i>	<i>Tráfico</i>
Ocasionalmente	27,9%	19,4%
Sempre	4,2%	2,3%
Total	32,1%	21,7%

As principais razões apontadas, segundo pesquisa do Ibope no Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Salvador e Campo Grande são as seguintes:

<i>Causas</i>	<i>Abr 96</i> <i>(%)</i>	<i>Out 97</i> <i>(%)</i>	<i>Jan 99</i> <i>(%)</i>
Fugir de problemas com os pais	28	27	35
Buscar aceitação social	11	18	15
Experimentar novas sensações	11	11	9
Se sentir menos tímido	11	7	9
Contestar as regras da sociedade	6	6	7
Escapar de pensamentos ruins	9	10	6
Ficar mais à vontade em festas e programas	5	5	4
Estudar e aprender com mais facilidade	4	1	3
Ocupar o tempo livre	2	2	2
Aumentar a criatividade	1	1	2
Se conhecer melhor	2	1	2
Outras razões	2	2	1
Nenhuma destas razões	4	4	2
Não opinou	3	5	3

Dentre as causas que levam os jovens ao consumo e tráfico de drogas, os problemas em casa disparam na frente dos demais, seguidos de questões sociais.



O rol das principais causas nos indica que o consumo de drogas não é um fato isolado e portanto deve ser tratado no contexto das políticas públicas dentre elas as de educação, emprego e renda. É evidente que precisamos destacar as medidas de tratamento nos casos do fator instalado e as medidas de prevenção conforme o quadro abaixo.

<i>Medidas preventivas preferidas</i>	<i>Abr 96</i> (%)	<i>Out 97</i> (%)	<i>Jan 99</i> (%)
Orientar a família	57	61	52
Propagandas no rádio e na TV	51	46	45
Treinar professores	45	50	39
Palestras de especialistas	43	42	33
Preparar os pais	-	-	33
Material informativo	43	40	31
Aumentar a repressão	25	29	31
Diálogo com os médicos	19	19	20
Outras	1	2	0
Não opinaram	2	1	0

As medidas sugeridas priorizam a ação esclarecedora e revelam boa dose de credibilidade na função da escola sobre as famílias, como agente educativo. Essa ação integrada, defendida por nós historicamente na luta pela gestão democrática, junto com a formação dos professores, reflete muito bem a importância da escola na intervenção sobre o uso de drogas e a necessidade das condições materiais, humanas e profissionais, tão reivindicadas pelos trabalhadores/as em educação, para o melhor cumprimento da sua função. Destaque-se que ainda aparece com relativa incidência a medida repressora.

Dados comparativos quanto à presença de drogas:

A violência é maior, em todas as suas formas, nas escolas onde o consumo ou tráfico de drogas estão presentes. O levantamento foi realizado com base em questionários, logo é possível que escolas tenham sido consideradas "limpas" apenas porque a presença de consumo ou tráfico não tenha sido percebida.

Agressão

<i>Condição da escola</i>		<i>Agressão física</i>	<i>Agressão verbal</i>
Limpa de drogas?	Não está	46,9%	71,2%
	Está	24,0%	48,6%

Roubo



<i>Condição da escola</i>		<i>professores, funcionários ou alunos</i>	<i>Equipamentos ou materiais didáticos e pedagógicos</i>
Limpa de drogas?	Não está	10,3%	6,9%
	Está	1,9%	1,7%

Furto

<i>Condição da escola</i>		<i>professores, funcionários ou alunos</i>
Limpa de drogas?	Não está	45,7%
	Está	20,4%

Pichação nos banheiros, muros e paredes

<i>Condição da escola</i>		<i>Ocasionalmente</i>	<i>Sempre</i>
Limpa de drogas?	Não está	35,7%	9,4%
	Está	14,9%	0,6%

Sujeira nas dependências

<i>Condição da escola</i>		<i>Ocasionalmente</i>	<i>Sempre</i>
Limpa de drogas?	Não está	42,4%	13,8%
	Está	23,1%	0,9%

Depredação

<i>Condição da escola</i>		<i>Ocasionalmente</i>	<i>Sempre</i>
Limpa de drogas?	Não está	37,5%	4,8%
	Está	8,8%	-

Em todas as formas de manifestação da violência, contra pessoas ou contra o patrimônio público, o cruzamento com o fator droga revela um menor índice de violência quando o fato está livre de drogas. Disso se pode aprender que, embora a violência tenha outras motivações, inegavelmente ela é estimulada pelo fator drogas.

Destaque-se que as medidas de segurança externa, conforme investigadas, nessa mesma pesquisa, não produzem resultados positivos. Ações como muros altos, grades, cadeados, sistema de alarme podem até dar maior sensação de segurança, mas não afastam a violência das escolas.

Dados comparativos entre as redes:



Comparativo entre as redes de ensino mostra que as escolas públicas são mais vulneráveis à ação de consumidores e traficantes de drogas. Os percentuais, porém, devem ser relativizados, pois, como o levantamento foi feito com base em questionários, é possível que a diretoria de uma escola "limpa" simplesmente ainda não tenha percebido que há drogas em suas dependências ou arredores.

Consumo de drogas

<i>Rede</i>	<i>Dependências internas</i>		<i>Dependências externas</i>	
	<i>Ocasionalmente</i>	<i>Sempre</i>	<i>Ocasionalmente</i>	<i>Sempre</i>
Municipal	14,7%	3,2%	33,7%	11,2%
Estadual	28,8%	5,3%	35,2%	16,9%
Particular	4,7%	-	16,0%	2,0%

Tráfego de drogas

<i>Rede</i>	<i>Dependências internas</i>		<i>Dependências externas</i>	
	<i>Ocasionalmente</i>	<i>Sempre</i>	<i>Ocasionalmente</i>	<i>Sempre</i>
Municipal	9,5%	0,7%	26,3%	5,4%
Estadual	9,4%	4,0%	25,2%	12,9%
Particular	5,3%	-	13,5%	0,3%

Dando-se o corte por rede de ensino (estadual, municipal, e particular) repetem-se os maiores índices nas imediações da escola e a incidência ocasional.

Uma comparação entre as redes públicas estadual e municipal com a rede particular indica um percentual muito maior na rede pública, seja para o tráfico ou para consumo de drogas, o que vai repercutir também nos índices de violência. Uma leitura inicial movida pelo senso comum de que a escola particular apresenta melhores resultados do que a escola pública (e em alguns fatores de pesquisa apresenta mesmo) nos levaria a afirmar que também em relação às drogas ocorre da mesma maneira.

Outras leituras da escola pública e da escola particular, no entanto, nos revelam que há fatores diversos podendo interferir nesse resultado e alguns deles foram analisados em relatórios desta pesquisa. Por exemplo, a participação e a cobrança nas tarefas de casa, a presença na escola, o acesso a livros, computadores e outros materiais didáticos figuram com maior incidência nas oportunidades educativas de alunas da escola particular. Além disso, outras investigações sobre drogas revelam que a classe social a qual pertencem os alunos das escolas particulares trata a questão de forma diferente da que é tratada pelos familiares dos alunos da classe social usuária da escola pública.

Isso só reforça o nosso argumento da responsabilidade social do poder público em promover melhores condições para as escolas públicas e políticas sociais eficazes para o enfrentamento do problema.

Essa mesma observação é válida para os atos de violência e depredação,



reforçados pela cultura de desprezo pelo patrimônio público, herança muito presente da concepção patrimonialista de gestão do serviço público que chega a atuar na conduta dos próprios usuários.

Agressão

<i>Rede</i>	<i>Física</i>	<i>Verbal</i>
Municipal e Estadual	40%	60%
Particular	18%	41%

Roubo

<i>Rede</i>	<i>Professores, funcionários ou alunos</i>	<i>de equipamento e materiais didáticos ou pedagógicos</i>
Municipal	4,5%	3,0%
Estadual	8,2%	5,0%
Particular	2,9%	3,8%

Pichação

<i>Rede</i>	<i>Ocasionalmente</i>	<i>Sempre</i>
Municipal	21,3%	3,4%
Estadual	29,1%	6,6%
Particular	17,0%	0,3%

Sujeira nas dependências

<i>Rede</i>	<i>Ocasionalmente</i>	<i>Sempre</i>
Municipal	32,6%	5,7%
Estadual	35,3%	9,8%
Particular	22,2%	1,1%

Porte de armas

<i>Rede</i>	<i>De fogo</i>	<i>Branças</i>
Municipal	10,1%	21,7%
Estadual	8,2%	26,0%
Particular	3,8%	8,7%

Repete-se neste fator a maior incidência do porte de arma nas escolas públicas.

Corroborando uma de nossas análises, que relaciona a classe social ao tratamento dos fatores de droga e de violência, observe-se que a diferença entre o tipo de arma (de fogo ou branca) nas escolas particulares é menor do que nas escolas públicas. Enquanto a arma branca tem o dobro do índice de porte na escola



particular, nas escolas públicas estaduais esse percentual é de mais de três vezes maior. Proporcionalmente, o acesso do aluno à arma de fogo (que em tese exige compra e autorização de porte) é maior na escola privada.

Tráfego de drogas por estados

	<i>Nas proximidades</i>		<i>Nas dependências</i>	
	Ocasional	Sempre	Ocasional	Sempre
RO	21%	4,8%	5,2%	1,7%
AC	26,3%	7,9%		7,9%
AM	18,2%	4,5%		4,5%
RR	14,3%			
PA	40%	10%	15%	
AP	20%	10%		
TO	10%	6,7%	9,7%	3,2%
MA	22%		7,8%	
PI	20,4%	3,7%	9,4%	
CE	26,7%			
RN	13,2%	4,4%	5,8%	
PB	20%	11,4%	14,3%	2,9%
PE	22,2%	5,6%	10,5%	
AL	13,1%	7,1%	2,4%	3,6%
SE	15%	5,0%	4,8%	1,6%
BA	37,5%	6,3%	21,4%	
MG	38,1%	4,8%	11,4%	
ES	26,6%	10,1%	3,6%	2,4%
RJ	35,6%	3,4%	15,3%	1,7%
SP	34,7%	6,1%	9,8%	3,9%
PR	24%	6,0%	9,8%	
SC	21,1%	15,8%	9,1%	4,5%
RS	40,4%	12,8%	23,1%	1,9%
MT	26,1%	5,8%	12,3%	
MS	16,4%	11,9%	8,7%	2,9%
GO	8,1%	17,7%	6,7%	3,3%
Total	22,6%	7,2%	8,4%	1,9%

OBS.: Durante o período da pesquisa, as escolas do DF não puderam fornecer dados em volume suficiente



Consumo de drogas por estados

	<i>Dependências externas</i>		<i>Dependências internas</i>	
	Ocasional	Sempre	Ocasional	Sempre
RO	19%	6,9%	10%	1,7%
AC	39,5%	10,5%	13,2%	2,6%
AM	36,4%	13,6%	18,2%	4,5%
RR	20%	6,7%	12,5%	
PA	36,8%	31,6%	30%	10%
AP	50%	10,0%	11,1%	
TO	24,1%	20,7%	19,4%	12,9%
MA	28%	2,0%	14%	
PI	19,6%	7,8%	13,7%	
CE	66,7%	6,7%	35,7%	
RN	22,9%	10%	12,5%	5,6%
PB	50%	22,2%	43,2%	8,1%
PE	34,2%	13,2%	27%	2,7%
AL	19,3%	13,3%	16,7%	
SE	24,2%	4,8%	13,8%	1,5%
BA	43,8%	12,5%	35,3%	5,9%
MG	39%	4,9%	20,5%	
ES	33,3%	10,3%	9,6%	1,2%
RJ	37,3%	3,4%	20,7%	1,7%
SP	22,9%	14,6%	15,4%	7,7%
PR	30%	8%	15,4%	1,9%
SC	18,8%	25%	17,6%	
RS	42,0%	20%	27,5%	3,9%
MT	32,4%	9,9%	15,9%	7,2%
MS	27,9%	11,8%	18,8%	1,4%
GO	19,7%	16,4%	13,3%	8,3%
Total	29,7%	11,2%	17,6%	3,3%

OBS.: Durante o período da pesquisa, as escolas do DF não puderam fornecer dados em volume suficiente

Comparando as duas situações verifica-se que:



1. A presença do tráfico e do consumo é maior nas proximidades do que dentro da escola.
2. Em ambos os casos, a incidência se dá mais ocasionalmente
3. A presença de drogas, de uma forma ou de outra, é registrada em todos os estados da federação.
4. Não há uma regra permanente entre os estados para diferenciar os percentuais (Amapá, no norte do país, e Paraná, no sul, com perfis econômicos e políticos diversos apresentam percentuais muito próximos).

Possíveis leituras:

1. A droga entre os jovens e adolescentes é um fator de âmbito nacional, o que exige políticas globais de intervenção articuladas nacionalmente.
2. A maior incidência no tráfico e consumo ocasionais podem indicar fatores de vulnerabilidade social aos quais a nossa juventude está exposta (falta de perspectivas, ociosidade, segurança precária nas escolas dentre outros)
3. O espaço da escola, apesar de todas as limitações estruturais, materiais e humanas, exerce uma ação controladora no consumo e no tráfico de drogas se comparado com o espaço das proximidades. Isso nos indica a importância de tratar a questão por dentro do projeto político-pedagógico da escola e de aprimorar os meios de articulação da escola com a comunidade.